



Inserção curricular da agroecologia: um diálogo entre as lutas de Lago do Junco/MA e Santa Cruz Cabrália/BA

Curricular insertion of agroecology: a dialogue of the struggles of Lago do Junco/MA and Santa Cruz Cabrália/BA

SILVA, Jesse Lima da¹; BOTTER, Letícia Teles²

¹ Universidade Federal de São Carlos, jessels@estudante.ufscar.com.br; ² Universidade Federal de São Carlos, leticia.botter@hotmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Resumo: O presente trabalho, se propõe ao diálogo entre duas experiências ocorridas em dois estados do nordeste brasileiro. Lago do Junco, no Maranhão, e Santa Cruz Cabrália, na Bahia, estão lutando para que haja a inserção curricular da Agroecologia (ICA) nas escolas da rede pública dos municípios. a proposta, a princípio, parte da história de luta do movimento das quebradeiras de coco babaçu e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tais movimentos concebem a agroecologia como instrumento de emancipação e reprodução social. Ao buscar dialogar as referidas experiências e estudar os direcionamentos e influências dos modos de organização e mobilizações dos movimentos sociais do campo para a ICA, este trabalho possibilita também contribuir com o campo de estudos da área da educação em agroecologia e movimentos sociais do campo.

Palavras-chave: Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; educação popular; educação do campo; currículo.

Contexto

Duas experiências estão ocorrendo simultaneamente no interior de dois estados do Nordeste do Brasil. Tais experiências estão interconectadas por basearem-se num mesmo propósito, onde partilham do que Paulo Freire chamaria de “unidade na diversidade” (FREIRE, 1992). Lago do Junco, no Maranhão, e Santa Cruz Cabrália, na Bahia, estão lutando para que haja a inserção curricular da Agroecologia (ICA) nas escolas da rede pública dos municípios. O primeiro parte da história de luta do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu e, o segundo, a partir da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ambos os movimentos concebem a Agroecologia como um pilar de suas identidades.

Nesse sentido, é importante dar atenção a algumas questões. Ora, se os movimentos sociais estão lutando para que haja a ICA em seus territórios de origem, muito provavelmente é porque concebem a Agroecologia como uma ferramenta catalisadora de suas cosmovisões a serem perpassadas para futuras gerações. Ou seja, há a crença de que a Agroecologia pode ser instrumento de perpetuação cultural popular do campesinato, seja associado ao Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu, seja associado ao MST.

Para que a Agroecologia seja inserida nos currículos de forma a atender as demandas dos movimentos sociais, e não de forma cooptada pelo pensamento



hegemônico, caberia perguntar qual é a concepção de educação que abarca os processos dialógicos de ensino-aprendizagem que contemple tanto as unidades nas diversidades, como as incomunalidades dentro do comum (BLASER e CADENA, 2021). Ou, ainda, como caminhos “para a construção de um projeto societário na contramão da necropolítica, que fomentam ‘projetos de vida’” (PAVAN RODRIGUES, 2021). Nos parece que para cumprir com tais demandas, a união entre a educação popular e a Agroecologia, acompanhada estritamente do saber das comunidades às quais se firmam no processo da ICA, é imprescindível.

Assim, objetivamos registrar as singularidades e a unidade dos processos de ICA que se dão em dois municípios de dois estados distintos do País para, dessa forma, entendermos, também, de qual educação tais movimentos se firmam para a construção de territórios decoloniais, pautados no bem viver (ACOSTA, 2016).

Antes de ir para o próximo tópico, é importante considerar qual o lugar de fala do autor e da autora. É com muito respeito que estamos relatando experiências que consideramos caras à expansão territorial da Agroecologia e à construção de novos mundos, que estejam alinhados com práticas anti-anthropocênicas. As experiências relatadas foram feitas a partir de metodologias qualitativas, que contaram com entrevistas semi-estruturadas e observação participante. O primeiro autor é agente popular dos movimentos que se inserem na luta pela ICA e a segunda autora teve contato com a realidade de Cabralia para desenvolver sua dissertação de mestrado. Juntas estabeleceram nexos entre as duas vivências a partir da disciplina de Educação Popular e Agroecologia ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos, ministrada pela Profa. Dra. Valéria Oliveira de Vasconcellos.

Descrição da Experiência

No correr da história de Lago do Junco, notamos que o movimento e a articulação das quebradeiras de coco babaçu tem se tornado expoente na busca por políticas públicas, apresentando pautas de reivindicação, mesmo diante de uma conjuntura nacional marcada por uma política de retrocessos. A cada encontro, reunião de direção, assembleia, audiência, caminhada, reafirmam a luta em defesa da reforma agrária popular, com base na agroecologia, como instrumento de construção da soberania alimentar, da democracia e da justiça no campo e na cidade, em contraste ao projeto do agronegócio que ameaça de perto os modos de ser, organizar, produzir e pensar na América Latina.

Na disposição em contribuir para a construção de um novo projeto de sociedade, as quebradeiras de coco babaçu defendem uma nova proposta de educação. Não obstante, garantir um projeto também passa pela importância de ocupar o Estado brasileiro, chamando-o à responsabilidade de promover políticas públicas e realizar reformas estruturais. Nessa perspectiva, a associação de mulheres, no dia 24 de setembro de 2019, ano de comemoração dos 30 anos de fundação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), em Lago do Junco, festejaram com luta



e resistência, o dia das Quebradeiras de Coco Babaçu. No estado do Maranhão, essa data foi instituída com a proposição do projeto de lei estadual N° 102/2011 (MARANHÃO, 2011).

Na realização da 7ª edição do Dia Interestadual das Quebradeira de Coco Babaçu, também aconteceu a 3ª Audiência Pública: *Protagonizando histórias em defesa da vida e reivindicando direitos*, liderada pela AMTR, reunindo quebradeiras de coco babaçu, educadoras/es, estudantes, trabalhadoras/es do campo e da cidade, dos movimentos populares, sindicatos e pastorais, associações e cooperativas, escolas e universidade, mulheres, homens e juventudes em um público expressivo de mais de 350 pessoas. Na ocasião, foi apresentado uma demanda prioritária para gestão pública municipal: instituir a disciplina de Agroecologia no currículo escolar na rede de ensino do Município de Lago do Junco, tornando essa demanda social em política pública. Para isso, foi elaborado um documento e aprovado em comum acordo por todos os representantes presentes, tanto movimentos sociais populares quanto poder público (executivo municipal e legislativo estadual e municipal).

As demandas apresentadas na audiência, tiveram seus projetos de lei elaborados pela sociedade civil. O Projeto de Lei N° 003, de 25 de setembro de 2019 institui o dia 24 de setembro como feriado municipal do “Dia das Quebradeiras de Coco Babaçu” (CÂMARA DE VEREADORES, 2019), já o Projeto N° 006 de 08 de Novembro de 2019 dispõe sobre a inserção da disciplina de Agroecologia no currículo da rede de ensino do município de Lago do Junco (CÂMARA DE VEREADORES, 2019). No processo, os projetos foram apresentados e aprovados pelo legislativo do município, cabendo ao poder administrativo municipal de Lago do Junco a responsabilidade de sanção dos mesmos, aos quais acabaram sendo arquivados, mesmo com as reivindicações dos movimentos sociais que apresentaram a demanda.

Separada de Lago do Junco por 1900km, está Santa Cruz Cabralia. Cidade localizada no sul da Bahia, na “costa do descobrimento”. Com 29 mil habitantes, Cabralia dispõe de uma zona rural extensa e bastante diversa, compreendendo movimentos sociais (principalmente MST), assentamentos não ligados a movimentos, extensas monoculturas de eucalipto da empresa de papel e celulose Veracel, indígenas Pataxó e ribeirinhas/os.

Há onze anos a escola municipal Paulo Freire, do Assentamento Luiz Inácio Lula da Silva (Lulão), gerida pelo MST, tem a prática de ensinar a Agroecologia tanto de forma teórica, quanto em *práxis* desde a educação básica até o fundamental II. A escola Paulo Freire já exercia um currículo diferenciado que parte da lógica de diálogo entre o que se vê em sala de aula e a realidade da/o educanda/o. A proposta de uma educação ideológica que busca garantir que as/os educandas/os tenham uma visão crítica do mundo e das incongruências da realidade agrária no Brasil, bem como a luta pela reforma agrária popular também são características intrínsecas do MST.



Entretanto, a luta do MST em Cabrália não era tão vislumbrada pelas demais realidades rurais do município. Felizmente, a aproximação da atual gestão da Secretaria Municipal de Educação (Semed) com os movimentos sociais fez com que, em 2018, a escola recebesse uma conferência de educação no campo. Assim, abriu-se a possibilidade não só do empoderamento das escolas do campo, mas também da aproximação de outras realidades rurais com a realidade do MST. Ali foi lançada a semente da ICA para todas as escolas do município.

Em 2020, no período de isolamento pandêmico, a Semed organizou *lives* e grupos de estudos para que houvesse a reestruturação do currículo municipal com a participação popular. Foi nesse momento em que a semente antes lançada começou a germinar para, enfim, em 2023, a Agroecologia estar sendo ofertada em todas as escolas rurais de Cabrália, para os anos finais do ensino fundamental. Não sem desafios, entretanto.

Percebe-se que, ainda que a Agroecologia tenha sido introduzida em comum acordo no processo participativo de elaboração do novo currículo, há muita resistência para lecioná-la, que varia de acordo com as especificidades de cada territorialidade. Talvez, parte dessa dificuldade poderia ser sanada se a formação de educadoras/es em Agroecologia fosse concomitante ao processo de ICA. Ainda assim, visualizam-se desafios que se relacionam não apenas com o desconhecimento do que é, verdadeiramente, a Agroecologia, mas, também, questões de difícil desconstrução porque advém da supremacia hegemônica do capital e da educação bancária. Por exemplo, a maioria dos campeonatos que compõem a zona rural de Cabrália não conseguem vislumbrar um mundo sem agrotóxicos; o desconhecimento do que é a Agroecologia e quais são seus princípios básicos faz com que muitas pessoas não se identifiquem e não a tomem a causa como uma bandeira de luta; e, também, há territórios que sofrem extrema influência da Veracel e de usinas de cana-de-açúcar, que, com a ICA, se configuram como territórios onde ideologias antagônicas estão em disputa.

Resultados

Entender o contexto é fundamental para pensar, promover e participar da educação com os olhos voltados para as histórias e culturas construídas a partir do chão da própria realidade. Assim, voltar a atenção e a curiosidade para as experiências de povos e de nações latino-americanas, sem depreciá-las, sem vontade de tornar uma imitação das sociedades que se autodenominaram primeiro mundo (OLIVEIRA; SILVA, 2014).

Por tudo isso é essencial reconhecer os saberes e fazeres ancestrais presente na América Latina que faz as identidades coletivas, diferentes dos seus senhores. Nesta questão, vale lembrar que no campo da educação existe uma disputa acirrada por projetos de educação e humanização (Oliveira e Silva 2014). As ações e experiências aqui apresentadas não estão desvinculadas da luta por reforma agrária, por território e, poderíamos também dizer, por vida. Pelo contrário, confluem



no mesmo direcionamento que contrapõe o latifúndio e as ameaças contemporâneas e constantes do agronegócio que estão cada vez mais próximas dos territórios tradicionais neste imenso continente. Essa luta remete à construção de relações solidárias entre seres humanos e não uma relação marcada pela violência, exploração e lucro.

Ao redor desse contexto, existem diversos aspectos a serem trabalhados. O acirramento de interesses na disputa por projetos de educação corresponde às lutas de reafirmação de concepções que transitam nas dimensões da identidade construída com vivência árdua no tempo transcorrido, numa linha histórica de dominação. Freire (1992, p.85) ressalta que “a história não se entrega ou se curva docilmente à vontade arrogante dos voluntaristas. As transformações sociais se fazem na coincidência entre a vontade popular, a presença de uma liderança lúcida e o momento histórico propício”. Nesse ínterim, podemos confrontar a hipótese de que 3ª audiência pública da AMTR em Lago do Junco e a reformulação curricular participativa de Cabrália foram ambientes pujantes para a conformação da proposta de ICA nos municípios.

É importante observar, entretanto, que a expansão territorial da Agroecologia deve combinar processos verticais e horizontais (ROSSET e ALTIERI, 2018) e deve consorciar movimentos sociais e instituições do poder público. Nos parece certo dizer que os casos de Lago do Junco e Santa Cruz Cabrália partilham da unidade na diversidade, no entanto estão em momentos distintos de consolidação da ICA e enfrentam, também, desafios distintos. Enquanto as Quebradeiras de Coco lutam para haver maior diálogo entre suas demandas e o sancionamento de seu projeto pela prefeitura local, o MST luta por uma maior adesão popular à bandeira da Agroecologia, uma vez que já conseguiu efetivar o processo de ICA.

“Para o êxito da luta, a consciência ética e a consciência política dos lutadores têm importância decisiva” (FREIRE, 1992 p.88) e compreendemos a educação como pedra de toque para esse processo. “A educação é, pois, processo histórico no qual o homem se reproduz, produzindo seu mundo” (FIORI, 2014 p.70). Por isso, pensar e qualificar a proposta de educação apontada pelas Quebradeiras de Coco Babaçu e pelo MST (Lago do Junco e Santa Cruz Cabrália, respectivamente), é uma opção a luta, é uma tentativa de desalienação, é avançar nas leis já instituídas como base legal e que possibilitam repensar a educação. Dessa forma, seguir avançando cada vez mais na direção de uma escola do campo que prepare para a vida, que prepare para o trabalho; não para ser explorado no mercado, mas para uma relação construtiva, cuidadosa, de valorização das relações sociais, dos saberes, da vida e da qualificação do processo de organização de lutas. Assim, fortalecer os sujeitos a partir da juventude, em um processo de retroalimentação da construção de identidades e culturas camponesas, onde as formas de trabalho sejam coerentes com, seus modos de vida e seus conhecimentos tradicionais. Para que, além disso, se orgulhem de tê-los!



Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo : Autonomia Literária, Elefante, 2016.

FIORI, Ernani M. Conscientização e educação. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasil: Ministério da Saúde, 2014. p. 55-72.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 32a ed (2022). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MARANHÃO (Estado). Projeto de Lei nº 102/2011, de 2011. Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu no Estado do Maranhão. N. 102.

OLIVEIRA, Maria W.; SILVA, Petronilha B. G. Leituras de artigo de Fiori, com a intenção de despertar outras leituras. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasil: Ministério da Saúde, 2014. p. 49-54.

PAVAN RODRIGUES, Tessy P. **Pedagogia dos corpos vivos: relações entre educação popular, agroecologia e camponeses experientes de diferentes gerações**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. Agroecología. **Ciencia y Política**. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología SOCLA, 2018.